

**TERRITORIALIDADE KALUNGA: ESCOLA MUNICIPAL JOVINO SEABRA CAMPOS DE MINAÇU (GO).****KALUNGA TERRITORY: MUNICIPAL SCHOOL JOVINO SEABRA CAMPOS DE MINAÇU (GO).****Agna Carvalho e Silva MACEDO**

&lt;macedo.agna@gmail.com&gt;

Pedagoga pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Pós-graduada em psico pedagogia também pela UEG

**Airlânia Gomes de Freitas ALMEIDA**

&lt;airlaniagomes@gmail.com&gt;

Professora da Educação Básica da rede Estadual e Municipal de Minaçu/GO

Pós-graduada em História e Cultura Afro-brasileira graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás

**Elisvânia Pereira Barbosa MOURA**

&lt;elisvaniapbmoura@hotmail.com&gt;

Pedagoga formada pela Universidade Estadual de Goiás

Pós-graduada em Gestão Educacional e Psicopedagogia

Diretora na Escola Quilombola Municipal Jovino Seabra Campos

**Valéria José dos Santos CARNEIRO**

&lt;jvaleria853@gmail.com&gt;

. Professora da Educação Básica da Escola Municipal Jovino Seabra Campos

Pedagoga, pela Universidade Estadual de Goiás

**Karla Teixeira de AGUIAR**

&lt;karlateixeira1903@gmail.com&gt;

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás/ Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)

Pesquisa Educação Escolar Quilombola em Goiás no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA)/ Universidade de Brasília (UnB)

**RESUMO**

Este escrito tende apresentar o cenário vivenciado pela Escola Municipal Jovino Seabra Campos em Minaçu/GO como uma territorialidade quilombola, mesmo que esteja fora do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Para tanto, buscou-se elucidar o contexto da Educação no Brasil a partir do Movimento Negro brasileiro em consonância com a trajetória da Educação Escolar Quilombola. Além disso, abordou-se a organização teórica da categoria territorial através da formação de uma territorialidade. À luz disso teceu-se um diálogo com autores e autoras negros (as), latinos, precursores de conceitos como Educação Escolar Quilombola, novas práxis pedagógicas, território e territorialidade, tendo em vista Florestan Fernandes (1978 – 2017), Cunha (2020), Maldonado-Torres (2007), Gomes (2018), Potyguara, Camargos e Castro (2024), Mignolo (2009), Raffestin (1993), Haesbaert (2009), Aguiar-Nascimento (2023). Na trajetória desta análise, notou-se que a luta estabelecida pelo grupo gestor, através de novas práxis pedagógicas contrapõem a “história única”, pois aproximaram suas práticas do “espaço de vida” dos(as) educandos(as). Diante disso, aqui a educação é vista com caráter afirmativo, e praticá-la de forma humanizada, através das relações étnico-raciais no atual cenário brasileiro é um ato de re-existência representado pelo papel desempenhado pelas professoras Agna Macedo, Airlânia Almeida, Elisvânia Moura e Valéria Carneiro que estimulam a consolidação de uma educação emancipatória, que se distancia da colonialidade do saber e do ser.

**PALAVRA-CHAVE:** territorialidade Quilombola, práxis pedagógicas, emancipação, Escola Municipal Jovino Seabra Campos.



## ABSTRACT

This paper tends to present the scenario experienced by the Municipal School Jovino Seabra Campos in Minaçu/ GO as a quilombola territoriality, even if it is outside of the Historical Site and Cultural Heritage Kalunga. Therefore, it was sought to elucidate the context of Education in Brazil from the Brazilian Black Movement in line with the trajectory of Quilombola School Education. In addition, the theoretical organization of the territorial category was approached through the formation of a territoriality. In the light of this, a dialogue was developed with black (as) and Latin authors, precursors of concepts such as Quilombola School Education, new pedagogical praxis, territory and territoriality, with a view to Florestan Fernandes (1978 - 2017), Cunha (2020), Maldonado-Torres (2007), Gomes (2018), Potyguara, Camargos e Castro (2024), Mignolo (2009), Raffestin (1993), Haesbaert (2009), Aguiar-Nascimento (2023). In the trajectory of this analysis, it was noted that the struggle established by the management group, through new pedagogical practices oppose the "unique history", because they approached their practices of the "space of life" of (as) students(s). Therefore, here education is seen as affirmative, and practice it in a humanized way through ethnic-racial relations in the current Brazilian scenario is an act of re-existence represented by the role played by teachers Agna Macedo, Airlânia Almeida, Elisvânia Moura and Valéria Carneiro that stimulate the consolidation of an emancipatory education, which distances itself from the coloniality of knowledge and being.

**KEYWORDS:** Quilombola territoriality, pedagogical praxis, emancipation, Jovino Seabra Campos Municipal School.

## INTRODUÇÃO

A escrita deste artigo é resultado do diálogo com as práticas pedagógicas realizadas pela Educação Escolar Quilombola (EEQ) no estado Goiás, precisamente no município de Minaçu, que repercute enfrentamentos vivenciados no contexto nacional.

Durante o VI Encontro de Pesquisas, Diálogos, Saberes e Fazeres Quilombola Kalunga realizado na comunidade Quilombola do Vão de Almas em Cavalcante/ GO em 2024, pode-se confirmar que os desafios enfrentados pela EEQ em Goiás é fruto da não atuação do poder político em uma escala federal, estadual e municipal.

Com a ausência de uma agenda governamental que incluísse o negro na política pública após 1888 – marco temporal da assinatura da Lei Aurea no Brasil (BRASIL, 1888) esta população seguiu marginalizada, só passou a existir para o Estado brasileiro a partir de 1988 através da Constituição Federal (CF) Cidadã - Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (BRASIL, 1988) que reinsereu o negro quilombola na agenda política.

Conforme Ronaldo dos Santos<sup>1</sup>, secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos - SQPT do Ministério da Igualdade Racial, todos os direitos adquiridos desde a CF é reflexo de muita luta, e tensões contínuas.

---

<sup>1</sup> Citação feita em diálogo proposto pelo Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas no Curso de Formação de Professores/as Quilombolas, 2022.



Muito recentemente, em 2003, o Estado brasileiro alterou-se a Lei 9.394/1996 a qual propõe diretrizes e base para a educação nacional. Sancionada a Lei 10.639/2003, onde foram acrescentados ao texto original (Lei 9.394/1996) os artigos 26-A e 79-B que estabelece a necessidade do ensino obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira nos ciclos do ensino fundamental e médio, além de incluir o 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Embora a lei exista, nota-se que na prática estados e municípios não a implementaram de forma homogênea. Sobre pressão de lideranças negras quilombolas como a professora Dra. Givânia Maria Silva, em 2009, o Ministério da Educação (MEC) aprovou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Em 1996, o Movimento Quilombola representado pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Rurais Quilombolas (CONAC) em Brasília, após “Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, Pela Cidadania e Pela Vida”, conquistou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, tornando possível a modalidade de ensino pensado através das especificidades.

A partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010)<sup>2</sup>, atendendo ao Parecer CNE<sup>3</sup>/CEB<sup>4</sup> nº 7/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, se instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, tendo em vista a indicação do CNE/CEB nº 2/2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por meio da Portaria CNE/CEB nº 5/2010.

O notório avanço da EEQ contou com a participação popular, mas só em 2012, através do Parecer CNE/CEB 16/2012 anuncia-se a Resolução do CNE/CEB 08/2012 que traz o pretense texto que ampara estados e municípios até o momento para aplicarem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Mesmo diante desta conjectura de normativas, pareceres, e resoluções, a produção de uma Educação Escolar Quilombola que atenda as reais necessidades das comunidades, ainda parece distante, então professores e professoras, gestores e lideranças locais se unem em seus municípios

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>. Acesso em: setembro, 2023.

<sup>3</sup> Conselho Nacional de Educação (CNE).

<sup>4</sup> Câmara de Educação Básica (CEB).



para produzirem uma EEQ que atenda as especificidades de seu público. À vista disso, esta análise se ampara no protagonismo de quatro professoras que não se renderam as dificuldades encontradas.

Dessa forma, apoiou-se na realidade da Escola Municipal Jovino Seabra Campos, uma unidade escolar que se caracteriza como quilombola pelo seu público, formado por descendentes de pessoas que vieram do Quilombo Rural Kalunga de São Félix, que foi inundado pela barragem da Usina Hidrelétrica de Cana Brava em Minaçu/GO no início dos anos 2000; para elucidar a configuração da territorialidade quilombola a partir do contexto escolar.

Nota-se que a comunidade em questão sofreu o complexo processo de desterritorialização e reterritorialização tratado por HAESBAERT (2009). À luz disso, considera-se aqui que o ambiente escolar contribuiu para a consolidação desta comunidade no bairro Nova Esperança, localizado na região norte do município de Minaçu/GO, uma área periférica. Com o intuito de evidenciar o objetivo geral, caracterizou-se a relação estabelecida entre a comunidade e a escola através da conceituação da categoria território e seus desdobramentos, uma vez que se considera a Escola Jovino Seabra Campos como uma territorialidade quilombola fora do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Para Potyguara, Camargos e Castro (2024, p. 24), um dos “valores civilizatórios afro-brasileiros” constituídos na escola é a territorialidade que se relaciona à identidade do sujeito dentro de um tempo histórico, a partir de sua “ancestralidade, memória, recursos, relações sociais e contexto cultural”.

A partir deste pressuposto, a análise desta realidade se faz necessária, pois as práticas trazidas aqui podem incentivar outros contextos quilombolas, além de outras práxis pedagógicas, tendo em vista que o cenário da EEQ no Brasil apresenta consideráveis semelhanças, com isso, a modalidade possui caráter afirmativo, dessa forma, é também um posicionamento da luta e re-existência daqueles e aquelas que estão no chão da escola, na comunidade, contra a colonialidade do saber, e do ser.

## **MATERIAIS E MÉTODO**

A pesquisa contou efetivamente com a parceria das professoras Agna Macedo, Airlânia Almeida, Elisvânia Moura e Valéria Carneiro, pois foram elas que apresentaram o material necessário



para análise documental das práticas pedagógicas realizadas na Escola Municipal Jovino Seabra Campos.

Diante disso, um fato importante para análise foi o sentimento de pertencimento à comunidade que as professoras têm, sendo que Airlânia Almeida mora no bairro em que se encontra a escola, Valéria José Carneiro e a gestora Elisvânia Pereira Moura são quilombolas, reconhecidas pela Associação Quilombola Kalunga de São Félix, representada pela sra Dita Godinho Kalunga.

Este cenário permitiu que a pesquisa se pautasse em aspectos etnográficos, pois a produção do texto apresenta práticas pedagógicas que o grupo gestor e docentes reconhecem como necessárias para fortalecer a proposta de Educação Escolar Quilombola trazida no Plano Nacional de Educação vigente através da Lei 13.005/2014, para o decênio de 2014/2024, e prorrogado até 31 de dezembro de 2025, de acordo com a Lei 14.934/2024<sup>5</sup>, a partir das especificidades vividas. Como o intuito é também de ultrapassar o caráter informativo, o texto propõe provocar aquele/a que o toca, assim, foi necessário trazer para o diálogo o método marxista histórico-dialético, ampliando o debate.

Com isso, a análise de projetos e ações desenvolvidas na unidade escolar subsidiaram a compreensão do conceito de territorialidade para fortalecimento da identidade quilombola, não somente no ambiente escolar, pois evidencia a necessidade de um olhar atento da Secretaria Municipal de Educação e comunidade local para com a dinâmica do público da Escola Municipal Jovino Seabra Campos.

Como a proposta da pesquisa aborda práxis direcionadas para um público específico, optou-se também por propor uma análise teórico conceitual própria, onde os conceitos de Educação para o Movimento Negro, outras práxis pedagógicas, território e territorialidade foram discutidos no decorrer do desenvolvimento da escrita, utilizando de autores e autoras precursoras, negros/as, latinos que entendem de perto o papel epistêmico da luta por direitos intrínseco à consolidação de uma territorialidade quilombola.

## **TERRITORIALIDADE KALUNGA - ESCOLA MUNICIPAL JOVINO SEABRA CAMPOS EM MINAÇU/GO**

---

<sup>5</sup> Informação disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne>. Acesso em julho de 2025.



Antes de adentrar especificamente na dinâmica vivenciada pela Escola Municipal Jovino Seabra Campos, foi necessário um diálogo com o Movimento Negro no Brasil a partir do contexto educação, pois para Florestan Fernandes (1978 - 2017, p. 275 e 276) a população negra enxerga a educação como um “instrumento de luta”, onde a prática emancipatória desenvolvida por professores e professoras em suas respectivas unidades escolares é também um posicionamento político e epistemológico.

Esta retomada permitiu assimilar que o princípio do pensamento negro no Brasil não se relaciona aos espaços acadêmicos, mas aos ambientes periféricos. Está associado a produção da vida simples, espaços que não os deram oportunidades de romper com a invisibilidade e barreiras raciais. Observa-se aí a importância da oralidade e da coletividade no processo de organização da intelectualidade negra.

Ao trazer este cenário para discussão descortina-se fatores ligados ao colonialismo, ainda cristalizado na sociedade tida como moderna, prova disso é o que afirma Maldonado-Torres (2007, p. 131) – “respiramos a colonialidade na modernidade cotidiana”.

Diante disso, Gomes (2018) propõe análise de uma pedagogia emancipatória como parte dessa luta por políticas afirmativas implantadas pelo Estado, o que também é uma manifestação contra o racismo na construção da justiça social para pessoas negras.

À luz disso, pensar outras pedagogias a partir de experiências sociais é possibilitar o acesso de uma comunidade à saberes, fazeres, resistências, lutas por seus territórios, pois as metodologias adotadas aproximam-se dos “espaços de vida” (CUNHA, 2020) de crianças negras, periféricas, vítimas de um currículo, de um Projeto Político Pedagógico hegemônico que as inserem no limbo.

Estas outras práticas pedagógicas, nutrem o “pensamento independente” que para Mignolo (2009) é também uma “desobediência epistêmica” que tende a fortalecer esforços coletivos, afastando-os da “história única” (ADICHIE, 2019) apresentada pela colonialidade.

Desse modo, a ação “Café da Manhã na Escola”, é exemplo de uma outra pedagogia, pois com o olhar atento ao seu público, à comunidade, o grupo gestor da Escola Municipal Jovino Seabra Campos contribuiu com o desenvolvimento pedagógico do corpo discente, pois conforme Agna Macedo a proposta surgiu em resposta à condição de vulnerabilidade alimentar vivenciada por muitos estudantes.



Em 2021, a gestão notou junto com o corpo docente que a escola enfrentava uma realidade preocupante, pois estudantes chegavam pela manhã em jejum, com sintomas como dores de cabeça, tontura e mal-estar estomacal, frequentemente associados à falta de alimentação, sem condições mínimas para o desenvolvimento das atividades escolares.

A situação é reflexo da fragilidade socioeconômica vivida por várias famílias da comunidade quilombola urbana do bairro Nova Esperança em Minaçu/Go. Como o público da Escola Municipal Jovino Seabra Campos é majoritariamente quilombola, buscou-se amparo legal. Assim, ao acessar a Lei 11.947/2009 e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – (BRASIL, 2009), verificou-se que a alimentação escolar nas escolas quilombolas deve respeitar os hábitos alimentares e culturais da comunidade, bem como reforçar o direito humano à alimentação adequada que estimule seu rendimento educacional.”<sup>6</sup>

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, na época representada pela professora Ana Lúcia Quintino, a equipe gestora da escola implementou o lanche matinal, então, passou-se a oferecer duas refeições no turno matutino, uma às 7h, na chegada dos estudantes, e outra às 9h. A partir disso, a equipe pedagógica observou melhora expressiva no comportamento, no rendimento e no bem-estar geral dos estudantes após a implementação do café da manhã.

Este fato demonstra que a eficácia de uma normativa deve estar associada ao benefício que promove ao seu público, ao atender as especificidades. Assim, limitações que impediam os avanços escolares de docentes e estudantes se enfraqueceram, dando lugar a uma outra prática pedagógica, logo instiga-se a consolidação de um currículo, de um Projeto Político Pedagógico (PPP) humanizado, pautado na formação social, histórica, cultural e política.

O movimento por outras práxis é consequência daquilo que descreve Hobsbawm (2002) como uma “tomada de consciência política” iniciada tardiamente no século XX, e que repercute atualmente a partir da mobilização popular por direitos, a começar pelo acesso ao território, um “direito ancestral” AGUIAR-NASCIMENTO (2023, p. 67), isso para povos e comunidades tradicionais quilombolas.

Para as humanidades, tendo em vista a Geografia, o território é uma categoria emergente, que pode ser compreendida para além das relações de poder estabelecidas pelo Estado-Nação

---

<sup>6</sup> Informação disponível em - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em julho de 2025.



interpretadas por Raffestin (1993), assentadas na luta de classes. Para elucidar tal afirmação, AGUIAR-NASCIMENTO (2023, p.65) considera que as “reivindicações populares, propõem novas práticas metodológicas e epistêmicas” que ampliam as possibilidades de análise do território de forma decolonial e a partir do que é simbólico.

Com isso, se faz necessário o entendimento deste paradigma por meio de uma perspectiva contra-hegemônica, onde o território é também espaço de identidade cultural coletiva (SILVA, 2012), observado a partir da teoria pós-moderna da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004), onde novos arranjos territoriais são considerados a partir do vínculo do sujeito com o meio que o cerca em um determinado tempo/ espaço, resultando na territorialidade.

Nesse sentido, Cunha (2020, p. 87) tece um robusto diálogo com Arroyo (2011) quando afirma que “a escola é um dos espaços responsáveis pela instauração dos meios de promoção da cidadania, respeitando e valorizando a matriz cultural, bem como busca a equidade da luta consciente para a materialização da identidade de cada povo.”

Ao aproximar o pressuposto da realidade vivida pela comunidade quilombola Kalunga de São Félix, que foi remanejada de sua origem e relocada para a área urbana do município de Minaçu/GO, configura-se a tríade dialética (AGUIAR-NASCIMENTO e BARBOSA, 2023) - Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização tratadas por HAESBAERT (2009), mas observou-se que dentro desta trajetória, muito da identidade quilombola ficou submersa, sob o reservatório da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, pois por muito tempo crianças, jovens e adultos negaram sua origem, então coube a escola resgatar e reafirmar a identidade deste povo.

À luz disso, a gestão escolar produziu o seu próprio censo escolar<sup>7</sup>, um dado que é oficial pois representa a realidade da comunidade. Ao analisar as planilhas, nota-se que dentre o público que se reconhece como quilombola (42,3%), somente 31,9% afirma ser preto/a, isso significa que 10,4% do público que respondeu ao formulário negou sua cor, optando por sua maioria pela cor de pele parda, conforme mostram as figuras 1 e 2.

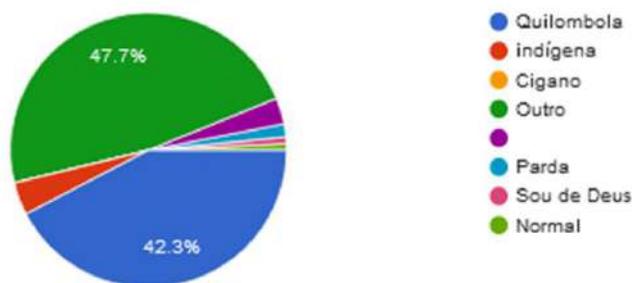
---

<sup>7</sup> Pesquisa realizada pela escola junto ao grupo de pais e responsáveis pelo corpo discente da Escola Municipal Jovino Seabra Campos de Minaçu/GO.

Fig. 1 - Dado de origem étnica – Censo Escola Municipal Jovino Seabra Campos.

11- Sua etnia é ?

130 responses

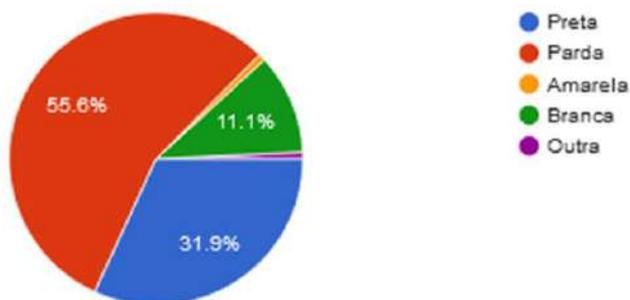


Fonte: Escola Municipal Jovino Seabra Campo – Minaçu/GO, 2025.

Fig. 2 - Dado de cor da pele – Censo Escola Municipal Jovino Seabra Campos.

12- Qual é a cor de sua pele?

135 responses



Fonte: Escola Municipal Jovino Seabra Campo – Minaçu/GO, 2025.

Em uma perspectiva decolonial, Quijano (1992- 2010) em sua trajetória teórica de sistematização da “colonialidade do poder”, afirmaria que a comunidade de São Félix foi marcada por uma herança escravista e patriarcal que atua até os dias atuais de forma violenta.

Respondendo aos fatos, a Escola Municipal Jovino Seabra Campos tem realizado ações afirmativas não somente para o público de estudantes, mas também para a comunidade, pois se compreende como um espaço de re-existência, onde a luta é contada em formato de poesia,



elucidando saberes e fazeres ancestrais. Em 2013, Agna Macedo, em homenagem à escola produziu a escrita poética – “Uma Escola Quilombola”:

“O Jovino é uma escola  
Das mais novas que há,  
Pois dia 10 de junho, seus 16 anos fará.  
Situa-se no setor Nova Esperança  
Que é pra comunidade apoiar.  
É uma escola como as outras,  
De alunos com potencial.  
Pois a maioria das crianças  
É remanescente de quilombos  
Com orgulho sem igual!  
E você sabe quem foi o guerreiro Zumbi?  
Foi um negro que pela sua gente lutou.  
E a partir dele, outro quilombo no Brasil se formou.  
Por grupo de negros que naquela época fugitivo tornou.  
Aqui bem perto da cidade um quilombo se formou.  
Foram chamados de Kalunga e uma comunidade se instalou.  
E descendentes deste quilombo pra Minaçu se mudou.  
E no Setor Nova Esperança um grande grupo se formou.  
E saindo de lá, em Minaçu se instalou  
E no setor, escola não encontrou.  
Perceberam que deviam reivindicar seus direitos,  
E uma boa escola para seus filhos matricular seria perfeito.  
Hoje somos considerados uma escola Quilombola  
Sejam crianças brancas, negras, mestiças e de qualquer religião.  
São elas que trazem no sangue suas raízes e tradição.  
Jogam capoeira, dança a sussa, e aprendem músicas de ninar.  
Devem sempre aprender aos seus descendentes amar!  
Nossa escola Jovino tem sempre uma missão  
De manter o seu contexto histórico cultural e a sua tradição  
Dessa gente sofrida os valores resgatar.  
E o preconceito racial, este exterminar!”  
(MACEDO, 2013).

A escrita representa o papel desempenhado pela unidade escolar, que enxerga o processo de construção da escola como uma conquista coletiva e enaltece o protagonismo discente mesmo diante das dificuldades vividas pela comunidade, além disso, faz referência à sussa<sup>8</sup>, à Zumbi dos Palmares como nome que instiga a luta por direitos pelo movimento negro quilombola.

A técnica pedagógica adotada pela escola valoriza a cultura afro-brasileira, evidenciando a necessidade de representatividade negra no contexto literário. Esta relação com a literatura é vista na participação efetiva no Projeto Poemi (figura 3) desenvolvido pela Secretaria de Educação do Município de Minaçu, onde os estudantes participantes interpretam obras de poetas brasileiros e

---

<sup>8</sup> Manifestação cultural Kalunga



escrevem suas próprias poesias com temas livres, despertando o protagonismo estudantil e a consciência crítica. A prática além de contribuir com a formação estética literária, instiga o empoderamento juvenil e o combate ao racismo estrutural.

Fig.3 – Premiação Projeto Poemi 2025 - Escola Jovino Seabra Campos na categoria 1º e 2º ano – educando Samuel Gomides.



Fonte: Elisvânia Moura, 2025.

Mais do que escrever versos, o corpo discente do Jovino Seabra Campos lê e se vê representados em obras que dialogam com suas vivências, pois o grupo docente ancora este trabalho afirmativo em um referencial que trata da consciência negra, dos sonhos da juventude negra, da luta contra o preconceito e a violência racial, do empoderamento e da valorização de heróis e heroínas negras. Fazem parte deste repertório, autoras como Conceição Evaristo, Cuti, Carolina Maria de Jesus, Elisa Lucinda e Djamilá Ribeiro, Madu Costa, lidos e debatidos em sala, ampliando horizontes e reforçando a autoestima dos estudantes.

A afirmação da identidade quilombola na comunidade escolar não se restringe à produção poética, as crianças também são autoras de outras narrativas em prosa. A produção de livros autorais surgiu como resposta à urgência de afirmar identidades negras em meio a currículos hegemônico, com ancoragem eurocêntrica. Conduzida de forma transversal, a proposta envolveu professoras(es), coordenação, equipe gestora, escritores locais e de outras localidades, além das famílias. Cada estudante teve liberdade para escolher o tema de seu livro, dentre eles contos; histórias de heróis negros; memórias de infância; narrativas imaginárias e até textos poéticos.

A ação contou com as seguintes etapas - rodas de leitura e escuta, oficinas de escrita criativa; atividades de ilustração com técnicas variadas; revisão coletiva dos textos e por fim, impressão ou digitalização dos textos. Na culminância do projeto ocorreu o lançamento dos livros com uma noite de autógrafos, aberto à comunidade, conforme mostra a figura 4.

Fig. 4 – Publicação de livros autorais por estudantes da educação infantil da Escola Municipal Jovino Seabra Campos<sup>9</sup>.



Fonte: Elisvânia Moura, 2025.

Observou-se que a escrita autoral promoveu significativos avanços no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, além de fomentar o sentimento de pertencimento e valorização da identidade. Crianças que antes se mostravam tímidas passaram a se expressar com autonomia, estudantes que relutavam em escrever, encontraram nos livros o espaço para contar suas vivências. A ação também ressignificou o papel da escola como lugar de escuta e transmissão de saberes locais. A equipe escolar percebeu que muitas famílias entenderam a importância da escrita na vida de seus filhos pois fortaleceu os vínculos afetivos e pedagógicos.

Nesta busca constante por práxis emancipatórias, a escola desenvolveu em junho de 2025 o “Arraiá no Quilombo”, uma manifestação cultural que reinterpretou a tradicional festa junina com

<sup>9</sup> O uso da imagem de discentes é autorizado por seus respectivos responsáveis junto à Escola Jovino Seabra Campos.

elementos da identidade afro-brasileira e quilombola, reforçando o compromisso da unidade escolar com a Educação Étnico-racial, a partir do respeito à diversidade, à ancestralidade, na construção de um currículo mais representativo e inclusivo.

Desse modo, o olhar atento do grupo gestor e corpo docente atende à normativa 10639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. Diante disso, a celebração junina apresentou elementos tradicionais da cultura popular brasileira, mas fez referências à cultura afro-brasileira e quilombola, tendo em vista a roda de capoeira (figura 5).

Fig. 5 – Roda de capoeira no “Arraiá no Quilombo” da Escola Municipal Jovino Seabra Campos.



Fonte: Elisvânia Moura, 2025.

O "Arraiá no Quilombo", integrou saberes, práticas culturais e ações pedagógicas voltadas ao reconhecimento ancestral e das lutas históricas do povo negro, principalmente daqueles que integram a própria comunidade escolar, tendo em vista os(as) parceiros(as) como professor Dr. Vinícius (UEG) – colaborador em formações e palestras para a equipe escolar, Dita Godinho – presidente da Associação Quilombola São Félix, além de estudantes e professores (as) quilombolas.

De forma irreverente e inovadora o evento aconteceu, fazendo menção às referências quilombolas desde o cerimonial que se descortinou com uma poesia:

“Na escola brilhou o luar,  
Quilombo em festa pra celebrar,  
Zumbi e Dandara, guerreiros foram lembrados,  
Com dança, canto e chão sagrado.  
Madu Costa e Conceição Evaristo



Trouxeram poesias, com muita sabedoria.  
Luiz Gonzaga ecoou no baião,  
E Dr. Vinícius da UEG ensina com paixão.  
Dita Godinho, com firme voz,  
Lutando sempre por todos nós.  
Estudantes em roda, com alegria,  
Mostram força e sabedoria.  
A Equipe Jovino, o amor se planta,  
A história do povo muito nos encanta.  
Arraiá é festa, é tradição,  
Quilombo é chão, é coração!  
Juntos somos cultura e União!  
No giro do pé no chão,  
Roda viva, roda irmão,  
Gira a ginga da memória,  
Capoeira conta a história.  
Veio negro de longe mar,  
Trazendo canto pra libertar.  
No berimbau tem oração,  
No jogo, arte e rebelião.  
Salve o mestre, salve o chão,  
Salve o grito da tradição.  
No Arraiá, roda é raiz,  
Capoeira é o que nos diz:  
“Ninguém solta a mão de ninguém””.  
(MOURA, 2025).

É necessário ressaltar que o trabalho feito em sala de aula antes das culminâncias aqui tratadas, através da produção de murais e painéis temáticos; a ornamentação do espaço escolar com fotos; homenagens e referências visuais de importantes personalidades negras e quilombolas, é o que dá subsídio para a consolidação de uma territorialidade quilombola.

O que a gestão do Jovino Seabra Campos produz é uma estratégia de descolonização do currículo, do conhecimento, mas para que este processo se torne efetivo, Gomes (2018) afirma que é necessário que anterior a isso, ocorra a descolonização de quem pensa a escola. Dessa forma, observa-se que há esta consciência entre o grupo gestor e docentes da unidade escolar que ampara esta análise, pois de forma constante buscam por referencial teórico que sustente suas práticas, participam de formações fora do município de Minaçu com recursos próprios, e eventos como o VI Encontro de Pesquisas Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga, em que estiveram presentes as professoras Airlânia Gomes de Freitas Almeida, Elisvânia Pereira Barbosa Moura e Valéria José dos Santos Carneiro, conforme registro da figura 6.

Fig. 6 – Participação de professoras e gestão da Escola Jovino Seabra Campos no VI Encontro de Pesquisas, Saberes e Fares Quilombolas Kalunga na Comunidade Vão de Almas, Cavalcante/GO.



Fonte: Equipe de mídia – VI Encontro de Pesquisas, Saberes e Fares Quilombolas Kalunga, 2024.

A participação das professoras no VI encontro possibilitou trocas com outras realidades escolares quilombolas, além de as aproximar do contexto de política pública a partir da especificidade a qual vivenciam, pois na ocasião, Eduardo Fernandes de Araújo, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) no Ministério da Educação (MEC) esteve presente e tirou dúvidas pontuais sobre a implementação de



normativas que fundamentam a Educação Escolar Quilombola e a responsabilidade do governo federal neste processo, bem como dos estados e municípios.

Por fim, nota-se que o dito até o momento, é sustentado na proposta do Programa de Ação do Movimento Negro Unificado (1990, pág. 6) onde “a educação como ato de aprender e ensinar, de saber para fazer, para ser ou para conviver faz parte da vida, ocorre no dia-a-dia”. Desse modo, a Educação ultrapassa os muros da escola, toca a comunidade, então ter no Projeto Político Pedagógico práxis que respeitam e se amparam no tempo da comunidade é grifar a necessidade de uma formação pautada cada vez mais nas experiências educacionais significativas, direcionadas à configuração de uma cidadania guiada pelos interesses da comunidade negra em que se atua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A perspectiva trazida pela Escola Jovino Seabra Campos em Minaçu/GO, elucida a forma com que a comunidade escolar debate as possibilidades de se efetuar uma Educação das relações étnico-raciais a partir do uso de práxis pedagógicas que contribuam para a consciência histórica e política, cujo princípio está alicerçado no Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação<sup>10</sup>, em que há uma sociedade diversa etnicamente, com “cultura e histórias próprias”, que do mesmo modo são importantes para a configuração da história brasileira.

Ao estimular a prática de uma educação emancipatória, o grupo gestor e docentes fortalecem a territorialidade quilombola Kalunga existente na comunidade escolar. Este processo é fruto da ressignificação histórica feita pela re-existência negra que aponta novos caminhos para a produção do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ADICHE, C. N. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, tradução Júlia Romem, 2019.

---

<sup>10</sup> O Parecer 003/2004 CNE/CP Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



AGUIAR-NASCIMENTO, K. T.; BARBOSA, W. A. Chão de sentimentos: o território Cerrado e as territorialidades cerradeiras na poesia de Bernardo Élis. **Revista Territorial**, Volume 12, nº 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31668/rt.v12i01>.

AGUIAR-NASCIMENTO, K. T. **Quilombolizar Kalunga**: de pesquisados à pesquisadores. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2023.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ. ED. Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2017.

BRASIL, Presidência da República – **Lei 3.353/1888**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso: julho de 2025.

BRASIL, **Constituição Federal 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso, julho de 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 003/2004**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso, julho de 2025.

BRASIL, **Lei 11.947/ 2009**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso, julho de 2025.

BRASIL, **Lei 10.639/ 2003**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso, julho de 2025.



BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – **Lei 13.005/2014**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso, julho de 2025.

CUNHA, A. F. A pedagogia Kalunga: saberes e fazeres. In: ALMEIDA, M. Z. C. M.; BALDINO, J. M.; LEITE, M. E. T. B.; *et al.* (Org): **Educação em diferentes espaços sociais**. Editora Folheando. Belém, 2020.

FLORESTAN, F. **Significado do Protesto Negro**. Expressão Popular, 1ª edição. 1978 -2017.

GOMES, N. L.; BERNARDINO, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOQUEL, R. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MALDONADO TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTR-GOMÉZ, S.; GROSGOQUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007, p. 127- 167.



MIGNOLO, W. D. **Desobediência-epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. 2009.

POTYGUARA, R.; CAMARGOS, B.; CASTRO, M. C. **A Cor da Cultura**: História e cultura indígena. caderno de textos / Organização Fundação Roberto Marinho. ilustração Kel Oliveira, Gabriel Souza]. -- Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2024.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder**, etnocentrismo y América Latina. *Indígena*, 29, 11-21. 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 269 p., 1993.

SILVA, G. M. **Educação com processo de luta política**: A experiência da “educação diferenciada” do território Quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.



## SOBRE A AUTORIA

### Agna Carvalho e Silva MACEDO

Agna Carvalho e Silva Macedo, parda de descendência negra oriundos da Costa do Marfim, atua na rede pública de Minaçu a 21 anos Pedagoga pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), pós-graduada em psico pedagogia também pela UEG Já atuei como professora, coordenadora, diretora. Trabalhei na escola quilombola, onde me identifiquei e lá me tornei defensora da causa “negritude faz diferença.”

### Airlânia Gomes de Freitas ALMEIDA



MACEDO, A. C.S.; ALMEIDA, A. G. F.; MOURA, E. P. B.; CARNEIRO, V. J. S.; AGUIAR, K. T.  
Territorialidade Kalunga: Escola Municipal Jovino Seabra Campos De Minaçu (Go)  
| Dossiê

Professora da Educação Básica da rede Estadual e Municipal de Minaçu/GO, Pós-graduada em História e Cultura Afro-brasileira graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás, pelo de Minaçu e por último conclui uma segunda graduação em Pedagogia, milito pelo negro e os quilombolas.

### **Elisvânia Pereira Barbosa MOURA**

Mulher negra quilombola, integrante da Associação Quilombola São Félix, em Minaçu (GO). Sou pedagoga formada pela Universidade Estadual de Goiás e pós-graduada em Gestão Educacional e Psicopedagogia. Atuo há 25 anos na rede pública de ensino, tendo exercido as funções de professora, coordenadora e atualmente diretora. Trabalho na Escola Quilombola Municipal Jovino Seabra Campos, onde me dedico diariamente ao fortalecimento da minha comunidade e à valorização da nossa identidade e cultura.

### **Valéria José dos Santos CARNEIRO**

Associação Quilombola São Félix. Professora da Educação Básica da Escola Municipal Jovino Seabra Campos. Pedagoga, pela Universidade Estadual de Goiás.

### **Karla Teixeira de AGUIAR**

Karla Teixeira de Aguiar, parceira de movimentos sociais que dialogam com a educação em Goiás, no Brasil. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás/ Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO). Pesquisa Educação Escolar Quilombola em Goiás através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA) da Universidade de Brasília.

*Submissão: 05 de maio de 2025*

*Avaliações concluídas: 20 de agosto de 2025*

*Aprovação: 26 de agosto de 2025*

### **COMO CITAR ESTE ARTIGO?**

MACEDO, Agna Carvalho e Silva; ALMEIDA, Airlânia Gomes de Freitas; MOURA, Elisvânia Pereira Barbosa; CARNEIRO, Valéria José dos Santos; AGUIAR, Karla Teixeira de. Territorialidade Kalunga: Escola Municipal Jovino Seabra Campos De Minaçu (Go). Revista *Temporis(ação)*: periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-20, jul./dez., 2025. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>  
Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >